

# PERCEPÇÕES DE ALUNOS E FAMÍLIA FRENTE AOS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO TÉCNICA AGRÍCOLA: UM ESTUDO DE CASO IFRO/CAMPUS ARIQUEMES

Izaqueu Chaves de Oliveira\*  
izaqueu.oliveira@ifro.edu.br  
Lia Maria Teixeira de Oliveira\*\*  
liamteixeira@bol.com.br

## RESUMO

O estudo busca revelar as percepções de alunos e famílias frente aos desafios para a formação técnica agrícola e as perspectivas de vida, das famílias de agricultores, quando procuram os instrumentos e procedimentos da política de acesso e permanência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) como saída para a formação profissional para seus filhos. Percebe-se nesse contexto um impasse em satisfazer os anseios de todos aqueles que realmente dependem de uma escola gratuita e de qualidade. No tocante ao ingresso, no Processo Seletivo Unificado em 2012/1, destinou-se 50% das vagas dos cursos técnicos em Agropecuária e em Alimentos para filho de agricultor familiar (F.A). No entanto, 40% dos candidatos inscritos e aprovados pelas vagas (F.A), não efetuaram matrícula. Quanto à permanência, existem implicações que permeiam a instituição, cujo questionamento se faz necessário: limitação das vagas de residências para meninos e falta de políticas afirmativas para atender as meninas; falta de incentivos com bolsas de estudos aos alunos provenientes de famílias agrícolas; falta de acessibilidade das famílias à vida escolar de seus filhos, considerando os problemas decorrentes da distância dos familiares e amigos: evasão, baixo rendimento escolar, isolamento, fatores que poderão causar depressão. Com base no esboço torna-se pertinente uma visão analítica, cabendo uma investigação sobre as políticas afirmativas de atendimento ao educando, filho de agricultor familiar. Para a realização desse trabalho tornou-se necessário uma abordagem qualitativa e quantitativa, com enfoque no estudo de caso, instrumentalizado na pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como base empírica o IFRO/Campus - Ariquemes.

**Palavras-chave:** educação profissional agrícola; família agrícola; políticas educacionais de acesso e permanência.

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos casos paradigmáticos que trata a problemática da educação brasileira na atualidade parte do pressuposto histórico de que no Brasil, ainda existe, uma escola dualista. A desigualdade de direitos, em termos práticos está tão camuflada que não a percebemos, mas basta analisar os grupos sociais para vermos que, de fato, não há educação para todos ou pelos menos não é ofertada de forma igualitária. O caso em questão refere-se a uma educação de qualidade e equidade, a qual permite ao educando da classe trabalhadora do campo, progredir em sua vida pessoal e profissional.

---

\* Mestrado em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

\*\* Professora Associado II da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Não é raro ouvir falar dos termos: escola para todos, escola democrática. Embora teoricamente e nos discursos das políticas partidárias, esses termos soem com facilidade ou como medidas propaladas. Na prática verifica-se que há muitos obstáculos, no que diz respeito à inclusão dos filhos da classe trabalhadora no âmbito escolar.

Diante esse panorama, surge a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) como novo paradigma de educação, para ofertar de forma integral e integrada o Ensino médio e profissionalizante, dando a oportunidade àqueles que não pode custear a formação de seu filho. De acordo com a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no art.7º, inciso I um dos objetivos do IFRO e demais IFs, está descrito “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”.

O grande impasse está em satisfazer os anseios de todos aqueles que realmente dependem de uma escola gratuita, e que atenda, de fato, aos propósitos e necessidades da classe camponesa. É perceptível, a grande procura por parte da população, quanto ao ingresso ao IFRO, e quando alguns superam a desigualdade, em relação à má preparação escolar em níveis anteriores, depara-se com o obstáculo, a permanência, as vagas para residência não atendem a demanda dos alunos que precisam, acaba por frustrar-se com um modelo de educação celetista.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus Ariquemes, no ano de 2011 ofertou 120 vagas para cursos técnicos de nível médio de forma integral/integrado em Agropecuária e Alimentos. 50% das vagas desses cursos destinaram-se para estudantes oriundos de famílias agrícolas, (F.A), em cumprimento ao Termo de Acordo de Metas e Compromissos MEC/IFs, firmado em 2009, como políticas de democratização da educação profissional.

Como ações afirmativas de permanência, o campus Ariquemes, implantou a residência estudantil para os alunos (meninos) de baixa renda, tendo como critério de seleção é o aspecto socioeconômico do aluno, muito embora, tais aspectos sejam favoráveis para a classe à quantidade de vagas não compreendia o quadro de necessidade dos que precisava.

Inúmeras são as questões advindas da temática educação no campo ou educação para os filhos de agricultores, porém, este estudo consiste em analisar entre outras as questões: Como ocorre o ingresso do educando, filho de agricultor no IFRO/campus Ariquemes? E as condições de permanência, são garantidas a todos? Os pequenos agricultores dispõem de condições financeiras para investir na educação de seus filhos na cidade? Quais os fatores e de que ordens são determinante ao ingresso e permanência do aluno, filho de agricultores

familiares, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia? Questões dessa relevância devem ser levantadas ao discutir sobre “escola para todos”.

Para a realização desse trabalho tornou-se necessário uma abordagem qualitativa e quantitativa, com enfoque no estudo de caso, instrumentalizado na pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo (em fase de conclusão) tendo como base empírica o IFRO/Campus Ariquemes, tendo início em 2012.

## **2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL À REALIDADE ATUAL**

Neste momento busca retratar a desigualdade educacional, que historicamente esteve presente no processo educativo brasileiro. A dualidade do ensino colocou a classe trabalhadora à margem do desenvolvimento humano. O texto enfatiza que a população trabalhadora do meio rural, nesse contexto foram maiores vítimas, visto que a educação e trabalho, no decorrer da história foram se tornando antagônicos na compreensão humana para a formação do indivíduo.

### **2.1 QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E HISTÓRICAS ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO**

Para expor a dicotomia entre trabalho e educação em sua dimensão epistemológica, histórica, sociológica e política, torna-se fundamental compreender o materialismo histórico-dialético, concebido por Marx e Engels, em sua obra “Manifesto Comunista”. Tal concepção, embora seja prescrita há mais de dois séculos está presente na atualidade. Marx e Engels (1998, p. 43) elencam dez medidas, que de acordo com sua concepção, são fatores fundamentais para uma sociedade se desenvolver de forma igualitária. Aqui, torna-se pertinente destacar três dos aspectos.

- Trabalho obrigatório para todos, organização de exercícios industriais particularmente para a agricultura;
- 9. Combinação entre trabalho e educação, medidas tendentes a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre cidade e campo;
- 10. Educação pública e gratuita obrigatória de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fabricas, tal como é praticado hoje. Combinação de educação como modo de produção material, etc.

É importante enfatizar que em todo o discurso exposto por Marx e Engels, percebe-se que a educação deve permear no trabalho humano, assim como o trabalho deve estar intrínseco as atividades educativas do indivíduo. O indivíduo aprende à medida que se desenvolve, no passo que se desenvolve, à medida que aprende (FREIRE, 2002, p. 26), portanto, educação e trabalho deve ser complemento um do outro, visto que o trabalho assim como a educação não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana.

A existência é concebida pelas ações pensadas do homem, visto que, para mantê-la, tornou-se preciso vencer os obstáculos, daí a importância de entender o trabalho como ponto inicial para o desenvolvimento humano. Saviani (2009) argumenta que todo trabalho humano deve ser entendido como um princípio educativo.

Por isso torna-se necessário trazer à tona a concepção materialismo histórico-dialético. Para Marx a sociedade está dividida em classes.

Segundo Mark e Engel (1998) parte do princípio que a raiz de todos os problemas vividos pela sociedade se deve às questões econômicas. De acordo com essa concepção, a sociedade capitalista evolui pela exploração do homem com o homem, e, em consequência, tornou-se dividida entre trabalhadores e patrões. Analisando a história da evolução é possível reconstruir a formação da sociedade em classes.

Ao analisar tal estrutura, constata-se que mesmo com a democratização do ensino público ainda não é possível que todos os indivíduos possam concretizar seus sonhos e seus objetivos, e, romper com o senso comum de que filho de doutor, sempre será doutor e filho de operário sempre será operário. Brandão (1995, p. 84) complementa “A educação é hoje considerada como um fator de mudanças: um dos principais instrumentos de intervenção na realidade social com vistas a garantir a evolução econômica e a evolução social e dar continuidade à mudança no sentido desejado”.

No entanto, há uma justificativa camuflada cheia de “boa vontade” por parte da classe dominante em oferecer educação a classe trabalhadora. A todo o momento evidencia-se o discurso, no qual preconiza na Lei “educação para todos”, deixando

transparecer que o ato de ser educado é um privilégio de quem a recebe. Brandão (1995, p. 83) enfatiza, uma vez que a educação também é fator transformador.

Associar “educação” a “mudança” não é novidade. Tem sido um costume desde pelo menos as primeiras décadas do século. Mas só pouco mais tarde, quando políticos e cientistas começaram a chamar a “mudança” de “desenvolvimento”... É que foi lembrado que a educação deveria associar a ele também... A educação deixa finalmente de vista como um privilégio, um direito apenas, e deixa também de ser percebida como um meio apenas de adaptação da pessoa à mudança que se faz sem ela, e que apenas a afeta depois de feita.

No decorrer da história, a educação brasileira foi idealizada como algo externo a classe trabalhadora, pertencente apenas à classe dominante. Romper as barreiras da ignorância e sair desse patamar de inferioridade era e, ainda é, algo nobre e ousado. Percebendo suas angústias e desejos em desenvolver-se e alcançar altos níveis de conhecimento, a classe dominada, aos poucos chegam à escola, de forma limitada.

Sendo assim, a classe dominante busca-se manter o controle para que o processo de “virá ser”, isto é, quem outrora era dominante passa ser dominada e vice-versa. Saviani (2009, p. 22) completa dizendo que “preocupada em manter-se no poder cria o Aparelho Ideológico Escolar (AIE) como forma de equalização social constitui um mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses”.

A classe dominante em todo o contexto histórico e social, ao contrario do que muitos historiadores e sociólogos têm afirmado, nunca subestimou a classe dominada, todo entrave foi posto para que a educação não fosse, de fato, efetivada, ou chegasse de forma limitada.

A classe dominante, ora assumida pela igreja, nobreza, burguesia teme à perda do controle do conhecimento e à evolução intelectual, por essa razão sempre buscou justificativa injustificáveis pela não oferta de uma escola pública e qualidade, como expõe Engels apud Nogueira (1993, p. 73) “A burguesia sempre foi temerosa dos efeitos perigosos da formação dos trabalhadores, em particular a constituição e/ou difusão de ideias”.

Com o pressuposto de que, à classe trabalhadora, não é oferecida uma boa educação, devido à falta de recursos quer seja financeiro, quer seja humano, quer seja material. Alega que o “gasto” em educação de qualidade é alto, o que seria praticamente inviável, para o padrão da elite capitalista. A classe trabalhadora, por sua vez, sempre obediente e conformista com a injustiça, a qual é submetida, aceita a educação que lhe é imposta e ainda agradece a “educação gratuita”, que recebe. Muitos vão além alimentando a ideologia que discursa “boa ou ruim a escola é de graças”, pois acredita que com a força do seu trabalho jamais teria condições de custear escola para seus filhos.

A verdade é que a classe trabalhadora, de modo específico a classe camponesa, é designada não mais que um arremedo de educação posta hoje como modelo “Ideal”. Para essa classe resta apenas um reflexo do real e tão pouco do modelo Ideal, pois no entendimento da classe dominante, compete a classe trabalhadora a mão de obra, braçal, sem muita qualificação uma vez que sua necessidade é urgente.

Dessa forma, não é necessário aprender mais que um pouco de letras. Essa precariedade da educação brasileira é questionada por Demo (1981, p. 199) sendo chamada por ele como subeducação “Entendemos por subeducação a oferta de serviços educacionais à população carente com não mais com a quantidade, mas qualidade da educação que tal forma precária, quer viria a reforçar as disparidades vigentes”.

A classe dominante limita-se em oferecer à classe trabalhadora, apenas algumas instruções das mais variadas possíveis, mas sempre inferiores as suas. Assim, procura harmonizar vida em sociedade, no intuito de transparecer que todos detêm certo nível de educação que atenda as expectativas e demanda de mercado de trabalho. No entanto a educação erudita e de qualidade, de fato, fica restrita aos filhos dessa classe que deverão ser educados, com o propósito de dominar e controlar as camadas populares, ditando e conduzindo o modelo de educação a ser idealizado.

A escola pública destinada à classe trabalhadora, de certa forma, usufrui de uma péssima escola, mas que está próximo dela, e por fim, a escola pública destinada à classe de agricultores ou trabalhadores rurais. A última, por sua vez, é a classe ainda mais prejudicada dentro de uma classe que já é tão pouco atendida.

Os estudantes da área rural, filhos de agricultores familiares ou trabalhadores da agricultura são as maiores vítimas, de uma sociedade que se diz igualitária, mas que na verdade o que prevalece é a política neoliberal, na qual o privilegio pertence apenas alguns grupos, restando aos demais, o reflexo da educação.

O contexto é muito mais grave do que aparentemente está posto. A subeducação deixa à população da área rural às margens da educação, pois o modelo de educação recebida não condiz com sua realidade. Para Demo (1981, p. 210) “O risco de subeducação é maior no caso da educação rural, porque a probabilidade de migração é grande. Assim, uma educação demasiadamente adaptada não teria utilidade para uma situação urbana, que a pessoa com probabilidade irá enfrentar”.

Não é novidade que a educação oferecida aos filhos de agricultores ou trabalhadores da agricultura é insignificante mediante ao conhecimento a ser aprendido, poucos conseguem vencer as barreiras e sair do convívio família e da comunidade em busca de novas

perspectivas de vida, no entanto muitos fatores conspiram em favor do fracasso: a ausência do apoio e afeto dos familiares, adaptação ao currículo escolar, costumes e hábitos alheios aos seus e principalmente questões financeiras.

## 2.2 A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL NO CENÁRIO DAS CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS DO CAMPO

O distanciamento entre o meio rural e meio urbano ocorre a partir da transição do feudalismo para o capitalismo, na qual as cidades “vilas” começam exercer predominância nas atividades econômicas, visto que o sistema capitalista não momento era essencialmente comercial e a comercialização segue espaço à produção, a acumulação de bens e capital, resultando, portanto em lucro. Assim surge uma nova realidade, em meio às transformações das relações econômicas que conseqüentemente também muda as relações sociais, culturais e políticas.

Santos (2010, p. 02) argumenta que, mesmo sendo o Brasil, um país de origem agrária os povos que vivem e sobrevivem no meio rural tiveram seus direitos à educação negada. Para Arroyo (apud Santos, 2010, p. 04) mostra que o meio rural a partir do surgimento do capitalismo começa a ser visto como um lugar de atraso, e que tal realidade precisa ser superada, e, que por esse motivo não deveria haver políticas sociais e educacionais ao passo a prioridades seriam então o meio urbano, visto que era compreendido como progresso.

Santos (2010, p 04) destaca ainda que as primeiras escolas rurais, mantidas pelos governos surgiram na década de 20 do século XX, decorrente de discussões acerca do direito a educação, mas também com o argumento que a população precisava de instrução como ler e escrever. Porém, os reais propósitos do Estado era manter a população do campo no campo e diminuir o êxodo rural, uma vez que decorria um processo migratório do rural para a cidade. Vale ressaltar que a própria população do campo incorporava a ideologia de que o meio rural era lugar de atraso, tradicional, sendo a cidade lugar do desenvolvimento, do progresso.

Iniciar a partir de contexto, a políticas sociais educacionais para manter a população no meio rural. Implantando as escolas multisseriadas. Santos (2010, p. 06) relata que mesmo as escolas estando no meio rural, seguiam os princípios urbanísticos. O que estava posto era a intenção de urbanizar o meio rural, visto que toda a ideologia e as praticas pedagógicas seguiam o cotidiano do meio urbano. Arroyo (apud Santos, 2010, p. 06) enfatiza que:

As políticas educacionais e sociais têm visado privilegiar as demandas das cidades e dos cidadãos urbanos como protótipos de sujeitos de direito, tendo a cidade como local da civilização, da sociabilidade e da expressão política, cultural educativa, um exemplo a ser seguido, e o campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural, uma realidade que precisa ser superada.

Desse modo, percebe-se que as poucas políticas destinadas à educação rural estão desvinculadas dos propósitos da população campesina, quando então começa a formação de movimentos sociais contrapondo a ideologia educacional, reivindicando os direitos sociais como também o direito a políticas educacionais diferenciadas à população camponesa.

### 2.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO UMA PERSPECTIVA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DE TRABALHO

O conceito de educação do campo se confunde com a luta pela terra. Mediante a tantas lutas, descaso governamentais, estereótipos rótulos e estigmas em relação ao meio rural, nasce em meio à população campesina o sentido de “patriotismo” com a terra e com seus pares. Segundo Ramal (2010, p. 13), a Educação do Campo tem sua origem nas demandas e reivindicações dos movimentos camponeses em busca da construção de uma política educacional que culminasse com os princípios da Reforma Agrária.

Partindo por princípio, o autor entende a educação a Reforma Agrária, como parte da educação do campo, compreendida como um processo em construção que contempla em lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do meio rural. Para ele, o modelo atual de desenvolvimento econômico predominante no campo, no caso, o agronegócio, por sua vez, não concebe a educação como uma política pública, pois toma como base os princípios ideológicos do capitalismo agrário-industrial, no que vem desenvolvendo a Educação Rural por meio de diferentes instituições. Santos (2010, p 10) complementa, dizendo, que a Educação do Campo fundamenta-se nos princípios ideológicos na questão agrária, baseado na agricultura, tendo os camponeses, os protagonistas desse processo.

### 2.4. A IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA: SONHOS E DESAFIOS

A implantação do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia vêm ao encontro dos anseios daqueles que não podem custear uma formação particular. O modelo de educação integral e integrada o Ensino médio e profissionalizante, possibilita aos jovens, principalmente os do campo a uma formação mesmo que de nível médio. De acordo com a lei de criação dos IFs, Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no art.7º, inciso I um dos objetivos do IFRO e demais IFs, está descrito “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”.

Com isso, muitos agricultores veem o Instituto Federal, como uma alternativa para a formação profissional para seus filhos. Um dos princípios dos IFs consiste em atender aos que não dispõe de recursos financeiros para custear uma formação técnica-profissional e/ou mesmo a formação superior.

O grande impasse está em satisfazer os anseios dos que realmente dependem de uma escola de gratuita e de qualidade. É perceptível, a grande procura por parte da classe trabalhadora, quanto ao ingresso ao IFRO, e quando alguns superam a desigualdade, em relação à má preparação escolar em níveis anteriores tem o outro obstáculo, a permanência, as vagas para residência não atendem a demanda dos alunos que precisam.

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa escolhida, estudo de caso, constitui-se numa abordagem qualitativa, a qual permite uma delimitação do objeto de pesquisa uma vez que ele está previamente definido.

Um das principais razões da escolha desse tipo de pesquisa é que se constitui em um estudo qualitativo e por apresentar uma pesquisa fechada, delimitada, devendo ser bem definido o desenvolvimento de estudo. Goode e Hatt apud Ludke e André (1986, p. 17) afirmam: “O caso se destaca por se constituir em uma unidade dentro de um sistema mais amplo”. Esse tipo de pesquisa, parte da extração de um conjunto de casos (problemas) em um contexto mais abrangente.

A pesquisa o estudo de caso desenvolve-se em três fases: exploratória, sistematização ou coleta de dados e interpretação a partir de análise reflexiva do problema ora estudado.

Para tanto, o universo da pesquisa é constituído pelos alunos dos cursos de Ensino Médio integrado integral ao Técnico em Agropecuária e Alimentos que ingressam pelas vagas destinadas aos filhos de famílias agrícolas, residentes e semirresidentes; as famílias dos

estudantes que se inscreveram pelas vagas (FA), aprovados e convocados, mas não efetuaram matrícula; pelo corpo docente, corpo técnico-pedagógico e gestão do campus Ariquemes.

Buscou-se detalhar as etapas da pesquisa para orientação e organização do desenvolvimento do estudo em três fases:

A primeira ocorre à pesquisa bibliográfica. Ela constitui a fase exploratória, acerca do problema, fazendo o levantamento bibliográfico referente à temática, elaborando fichamento para a construção do referencial teórico e fazendo análise documental nos que se referem a leis, decretos, resoluções, portarias, programas, projetos, planos, pertinente a temática.

Na segunda fase ocorre a coletas de dados. Ela é desenvolvida através da pesquisa de campo (em fase de conclusão) teve início 2012, aplicando como procedimento metodológico por amostragem (30% dos sujeitos da pesquisa), utilizando como ferramentas: análise documental; observação direta; entrevista, questionário contendo questões abertas e fechadas.

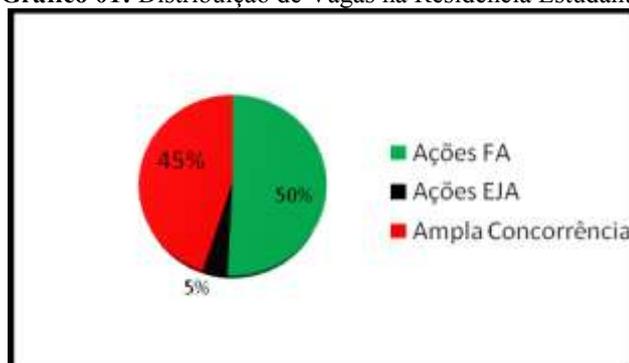
A terceira fase consiste na análise dos dados coletados. Nesse momento retoma toda a discussão inicial, sendo realizado um aprofundamento do referencial teórico e da realidade investigada com o propósito de fazer apontamentos numa perspectiva crítica.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 PROCESSO SELETIVO UNIFICADO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFRO) 2012/1**

Em 2011, o IFRO/Campus Ariquemes implantou Ações Afirmativas (FA) para atender a população do campo, famílias agrícolas. Mediante as ações afirmativas, 50% do total das vagas oferecidas para os Cursos: Técnico em Agropecuária, e Técnico em Alimentos, destinada aos filhos de agricultores (produtores rurais, lavradores, agricultores familiares). Também são destinadas 5% das vagas estudantes oriundos do EJA. Como especifica o gráfico 01.

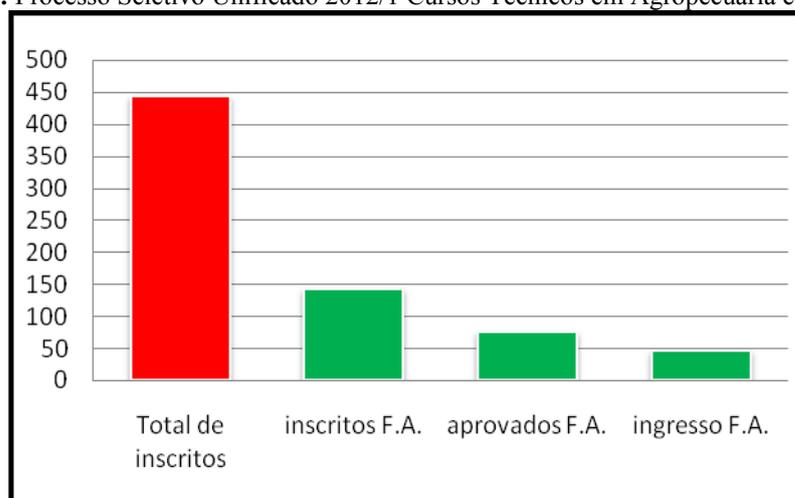
**Gráfico 01:** Distribuição de Vagas na Residência Estudantil



Fonte: CRA - IFRO/Campus Ariquemes, 2012.

No IFRO/campus Ariquemes, o processo seletivo de 2012/1, 443 estudantes se inscreveu para os cursos Técnicos em Agropecuária e alimentos, sendo 144 estudantes, pelas vagas reservadas para filhos de agricultores familiares. Desse total, 77 foram convocados, no entanto apenas 46 estudantes ingressaram, como demonstra o gráfico abaixo.

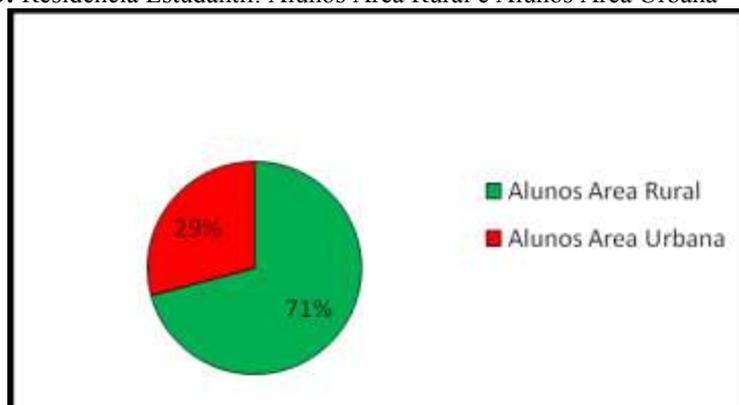
**Gráfico 02:** Processo Seletivo Unificado 2012/1 Cursos Técnicos em Agropecuária e Alimentos



Fonte: CRA - IFRO/Campus Ariquemes, 2012.

Outra ação afirmativa ainda implantada pelo IFRO/Campus Ariquemes é o sistema de residência estudantil para os alunos (meninos) de baixa renda. As vagas são limitadas e o principal critério para seleção é a situação socioeconômica do estudante. É notória a predominância dos estudantes da área rural como é demonstrado abaixo, o qual mostra que 71% dos alunos são da zona rural e 29% são da zona urbana.

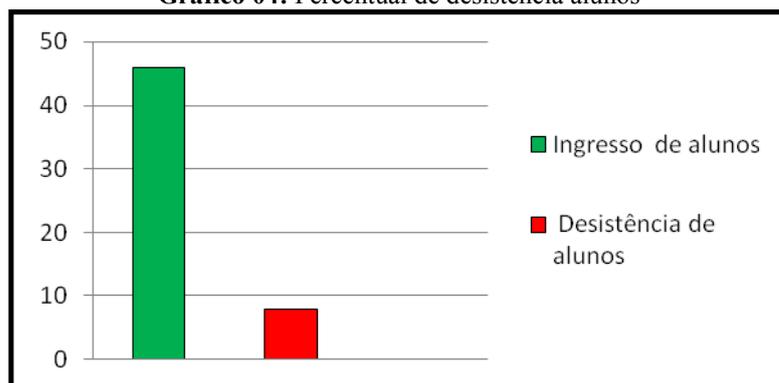
**Gráfico 03:** Residência Estudantil: Alunos Área Rural e Alunos Área Urbana



Fonte: CAED - IFRO/campus Ariquemes, 2012.

O gráfico abaixo apresenta outro fator agravante é observado quanto à desistência pelos alunos inscritos pela ação afirmativa FA. Já no primeiro ano de estudo 15% dos alunos já desistiram dos Cursos.

**Gráfico 04:** Percentual de desistência alunos



Fonte: CAED - IFRO/campus Ariquemes, 2012.

O que pode considerar é que os resultados mesmo que preliminares comprovam que as políticas públicas ainda não são satisfatórias.

## 4.2 OS SUJEITOS DO CAMPO: ALUNOS E FAMÍLIAS DE AGRICULTORES

É constatado, mediante a pesquisa, que as famílias consideradas como agricultores, moradores dos municípios circunvizinhos do município de Ariquemes, no qual estar localizado o IFRO/Campus Ariquemes, boa parte das famílias adquiriram suas propriedade através da compra, dos primeiros donos, os quais teriam ganhado a posse da terra pelo

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária). As propriedades têm em média cerca de 50 hectares.

Outro fator relevante diz respeito às infraestruturas básicas nas regiões. Pode afirmar-se que não são das piores. Possuem estradas de terra, semi-cascalhadas, rede de energia elétrica. As residências são em sua maioria de madeira, água encanada proveniente de poço, banheiros.

Também pode ser observada a existência de transporte coletivo, privado três vezes por semana, as algumas famílias também contam com veículo próprio (moto e carro), no entanto as regiões já não contam mais com escolinhas e posto de saúde com outrora, como argumenta os moradores entrevistados. Os filhos que ainda residem com as famílias estudam em escolas polos, ainda na zona rural ou vão para a cidade em ônibus escolar. No que tange a saúde, em caso de doença, a alternativa é procurar atendimento médico na cidade.

As famílias residentes nas regiões pesquisadas são oriundas das diversas regiões brasileiras e até mesmo do próprio Estado de Rondônia, o que compreende como fator migratório pela posse de terra. Com isso acarreta as diferentes posturas, costumes e crenças. Assim cada agricultor segue seu ritmo e estilo na aplicação do trabalho com a terra. Porém, na atualidade, não há muitas praticas com lavouras, pois são proibidos o desmatamento e queimadas. Com isso busca manter o que já foi derrubado e ara pequenas partes, em razão do custo do serviço de aragem ser alto e criando gado de leite.

Dentre as famílias entrevistadas, apenas os pais, já aposentados, residem nas propriedades, seus filhos mudaram-se para as cidades, em busca de estudo e emprego, outros estão estudando no IFRO/Campus Ariquemes.

Nesse contexto, torna-se relevante salientar que as famílias são formadas por pessoas muito simples, humildes. A renda familiar das famílias é variável, uma vez que elas não possuem uma renda fixa, exceto os aposentados, por a renda varias entre um a dois salários mensais. Em alguns casos não chega a um salário mínimo mensal, essas famílias recebe auxilio do governo Federal o Bolsa Família.

#### 4.3 OS DESAFIOS DO ESTUDANTE DO ORIUNDO DO CAMPO NO IFRO/CAMPUS ARIQUEMES

O processo de migração de alunos do campo para a cidade se desenrola numa atividade corriqueira. Todos os anos, desde sua implantação, centena de estudantes (meninos)

que concluem o ensino fundamental, não somente busca ser aprovados no Processo Seletivo como também garantir uma vaga na residência estudantil do IFRO/Campus Ariquemes. Quanto às alunas, mesmo sabendo na inexistência de residência, poucas não se intimidam em correr uma vaga, se aprovadas procuram ficar em casa de parentes, conhecidos dos familiares, em alguns casos, as famílias, mesmo com a baixa renda familiar alugam um quarto para a filha poder estudar. Outro fator preocupante diz respeito mudança de famílias que rendem sua propriedade e muda-se para a cidade, em prol da educação de seus filhos.

É notório nos discursos das famílias a vontade de ver o filho adquirir uma formação, mesmo sendo ela de nível médio, daí o incentivo e o esforço para o ingresso do filho. No entanto percebe-se que 60% dos estudantes do campo não consegue ingressar, visto que, mesmo estando inserido dentro dos 50% por cento das vagas, tendo como fator determinante a falta de condições financeiras da família para manter o filho na cidade, uma vez que a residência estudantil do IFRO/Campus Ariquemes não dispunha de vagas naquele momento.

## 5 CONCLUSÕES

Nesse estudo constata-se que os estudantes da área rural, filhos de agricultores, enfrentam vários desafios, no que tange a busca pela formação técnica. Evidencia-se que tais desafios perpassam por questões: **econômicas** - condições de vida; **cultural** - valor atribuído a educação no IFRO; **políticas** - formulação de políticas públicas educacionais de acesso e permanência à classe camponesa para a formação profissional.

O contexto é muito mais grave do que aparentemente está posto. A subeducação deixa à população da área rural às margens da educação, pois o modelo de educação recebida não condiz com sua realidade. Demo (1981, p 210) “O risco de subeducação é maior no caso da educação rural, porque a probabilidade de migração é grande. Assim, uma educação demasiadamente adaptada não teria utilidade para uma situação urbana, que a pessoa com probabilidade irá enfrentar”.

Diante o esboço pode-se afirmar que não é novidade que a educação oferecida aos seus filhos de agricultores ou trabalhadores da agricultura é insignificante mediante ao conhecimento a ser aprendido, poucos conseguem vencer as barreiras e sair do convívio família e da comunidade em busca de novas perspectivas de vida, no entanto muitos fatores conspiram em favor do fracasso: a ausência do apoio e afeto dos familiares, adaptação ao currículo escolar, costumes e hábitos alheios aos seus e principalmente questões financeiras.

## PERCEPTIONS OF STUDENTS AND FAMILY TO FACE CHALLENGES FOR AGRICULTURAL TECHNICAL TRAINING: A CASE STUDY IFRO/CAMPUS OF ARIQUEMES

### ABSTRACT

The study seeks to reveal the perceptions of students and families facing the challenges for technical agricultural training and outlook of life of family farmers, when seeking the instruments and procedures of access and permanence of the Federal Institute of Education, Science and Technology Policy Rondônia (IFRO) as output for vocational training for their children. It is noticed that context an impasse in satisfying the desires of those who really depend on a free school and quality. Regarding the ticket, the Unified Selection Process in 2012/1, was intended 50% of vacancies of technical courses in Agriculture and Foods son of family farmers (FA). However, 40% of candidates and approved by the waves (FA), did not make registration. As for permanence, there are implications that permeate the institution, which are questioning if necessary: limitation of places of residences for boys and lack of affirmative policies to meet girls; lack of incentives with scholarships for students from farm families; lack of accessibility of households to school life of their children, considering the problems arising from the distance from family and friends: avoidance, poor school performance, isolation, factors that may cause depression. Based on the sketch becomes relevant analytical insight, fitting an investigation on affirmative policies for service to the student, the son of the family farmer. For the realization of this work it became necessary a qualitative and quantitative approach, focusing on the case study, instrumental in literature and field research, based empirically on the IFRO / Campus of Ariquemes.

**Keywords:** agricultural vocational education; family farm; educational access and retention policies.

### REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.; E. D. A. LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo : Editora Pedagógica e Universitária 1986. (Coleção Temas Básicos de Educação e Ensino).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O que é Educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Termo de acordo de metas e compromissos Ministério da Educação/Institutos Federais**. Acordo de metas e compromissos n.º.... que entre si celebram a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do....., para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais criados pela Lei no 11.892 de 29 de dezembro de 2008 Brasília, mar. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/bibpat/Downloads/termo\_acordo\_metas.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2012.

DEMO, P. Subeducação. In. BORDENAVE, J. D; WERTHEIN, J. (Org.). **Educação rural no terceiro mundo: competências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

ENGELS, F.; MARX, K. **O manifesto comunista**. São Paulo: Xamã Editora. s/d. In: ALMEIDA, J; CANCELLI, V. (Org.). **150 anos de manifesto comunista**. São Paulo: Sec. Nac. de Formação Política. Partido dos Trabalhadores. 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. Paz e Terra, 2002.

NOGUEIRA, M. A. **Saber e Produção em Mark e Engels**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1993.

RAMAL, C. T. **O ruralismo pedagógico no Brasil**: Revisitando a História da Educação Rural. Disponível em:  
[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/e2qdukOb.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/e2qdukOb.pdf). Acesso em 14 de Nov. 2013.

SANTOS, J. R. **Da educação rural à educação do campo**: um enfoque sobre as classes multisseriadas. 2010. Artigo apresentado no IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, p. 01-11, Laranjeiras - SE, 2010.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias em educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Polêmicas do Nosso Tempo, v. 5. 41. ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2009.

Recebido em 23 de outubro de 2013. Aprovado em 020 de fevereiro de 2014.